



# V ENJIE

Encontro Nacional de Jovens  
Investigadores em Educação

Livro de Atas







# V ENJIE

Encontro Nacional de Jovens  
Investigadores em Educação

Livro de Atas

## Ficha Técnica

**Título:** Livro de Atas do V ENJIE: Investigação em Educação e Responsabilidade Social - vozes dos jovens investigadores

**Organizadoras:** Maria Helena Araújo e Sá & Lina Morgado

**Design e paginação:** Joana Pereira

**Editora:**

UA Editora

Universidade de Aveiro

Serviços de Documentação, Informação Documental e Museologia

1ª edição - fevereiro 2022

**ISBN:** 978-972-789-731-5

**DOI:** <https://doi.org/10.48528/tr7a-j538>

Os textos desta publicação são decorrentes dos resumos apresentados pelos autores durante V Encontro de Jovens Investigadores em Educação, publicados no Livro de Resumos disponível em [https://enjie.pt/2021/wp-content/uploads/2021/04/V-ENJIE\\_Layout-livro-resumos\\_VF\\_compressed.pdf](https://enjie.pt/2021/wp-content/uploads/2021/04/V-ENJIE_Layout-livro-resumos_VF_compressed.pdf), e foram revistos e aprovados por pares. As versões finais são da inteira responsabilidade dos seus autores.

Financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/00194/2020 e UIDP/00194/2020, UIDB/04372/2020 e UIDP/04372/2020

# **A RESPONSABILIDADE SOCIAL NOS SISTEMAS DE REGULAÇÃO E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E EM PORTUGAL**

**Rogéria Soares**

Universidade da Madeira (UMa)

soares.rogeriafernandes@gmail.com

<https://www.cienciavitaet.pt/portal/7616-859B-7609>

<http://lattes.cnpq.br/2717096915315534>

**Jesus Maria Sousa**

Universidade da Madeira (UMa)

angi@staff.uma.pt

<https://orcid.org/0000-0002-1931-8858>

## **Resumo**

Este artigo visa refletir sobre a responsabilidade social da educação superior, a sua relação com as políticas educacionais adotadas e os impactos das mesmas na formação discente, enquanto um dos elementos de pesquisa em curso, ao nível do doutoramento, a qual aborda diferentes aspetos da avaliação e regulação dos sistemas de qualidade da educação superior, buscando elementos convergentes e divergentes entre os contextos institucionais e políticos do Brasil e de Portugal. Numa análise comparada das práticas avaliativas de qualidade da educação superior do SINAES/MEC - Brasil e da A3ES - Portugal, pretende-se chegar aos sentidos e às identidades que as referidas práticas carregam em si, e, no caso deste artigo, ao modo como a responsabilidade social pode surgir escamoteada para segundo plano, num contexto marcado pela competitividade nacional e internacional, em que o

conhecimento passa a ser considerado objeto a ser transacionado, mais do que ao serviço da comunidade.

**Palavras-Chave:** Educação Superior; Avaliação; Sistemas de Qualidade; Responsabilidade Social; Estudo Comparado

## Introdução

Tendo em vista o serviço que as instituições de ensino superior (IES) devem prestar às regiões e aos países onde se encontram inseridas, nomeadamente através da investigação, esta proposta visa abordar a responsabilidade social como um dos elementos chave a ter em conta nos respetivos sistemas de regulação e avaliação da qualidade do ensino superior, em dois países, Brasil e Portugal.

A visão de universidade (e demais IES), virada(s) para dentro de si, qual torre de marfim, já não é compatível com os tempos que correm. Enquanto missão última, são os próprios estatutos e regimes jurídicos do ensino superior a eleger a produção de conhecimento, naturalmente através da investigação, a transferência desse conhecimento, através das ofertas formativas, e a aplicação desse conhecimento ao serviço da sociedade, em pé de igualdade. Tal corresponde, em termos de avaliação de desempenho docente do ensino superior, quer em concursos para categorias profissionais, quer em processos de avaliação interna para nomeações definitivas, a três parâmetros de avaliação: desempenho científico, capacidade pedagógica e serviço à sociedade e à sua própria instituição.

Mas num contexto de grande competitividade à escala global, tendo como repercussão a competitividade no plano nacional, na busca de fundos financeiros para a sobrevivência de cada IES, e no plano institucional para progressão na carreira profissional de cada docente, a produtividade é fundamentalmente medida por padrões de produção científica (Dias Sobrinho, 2000), com base em número de publicações em revistas com *double-blind peer review* e elevado fator de impacto, preferencialmente em língua inglesa, e projetos financiados que envolvam equipas internacionais, numa análise mais quantitativa do que qualitativa.

Assim, outras variáveis no controle da qualidade da educação superior são relegadas para plano secundário, como é o caso da responsabilidade social, num xadrez hegemónico e arbitrário (Sousa, 2015), onde o saber, enquanto objeto, segue um código hierárquico

(Baudrillard, 1995), regulado por normas comuns a todos, independentemente das necessidades de cada região, ou cada país. Esta invasão cultural, predominantemente capitalista, encara o saber como mercadoria a ser transacionada e não como algo ao serviço da comunidade, olhando para as IES como oportunidade de negócio.

Deste modo, a questão da responsabilidade social, que passamos a analisar, surge na temática do nosso doutoramento em Currículo e Inovação Pedagógica da Universidade da Madeira, ainda em desenvolvimento, no âmbito de um estudo comparado das práticas avaliativas da qualidade da educação superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)/Ministério da Educação (MEC), no Brasil, e da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), em Portugal.

## Contextualização Teórica

Basta recuar um pouco na história da educação, para compreender como a educação, atrelada ao conhecimento, tem exercido o seu papel na preservação da divisão da sociedade em classes.

Mesmo nas sociedades primitivas, segundo Ponce (1981), o conhecimento era utilizado pelo seu detentor como ferramenta de poder sobre o outro, como fonte de domínio. Os anciãos eram os sábios, os que conheciam os mitos e ritos da tribo, sendo por isso respeitados.

Mas a educação passou a ter uma nova função, um novo valor, uma nova intenção: passou a ser uma educação que exclui e aliena uns em favor de outros, na transferência do conhecimento, preservando assim o poder da classe social privilegiada e dominadora. Ou seja, uma educação com a função de seleção social, ao discriminar uns por dar poder a outros, preservando assim o *status quo* e a divisão de classes (Bourdieu & Passeron, 1970), passa a ser essencial para a manutenção do sistema. Perpassa assim no processo educacional, toda uma teia de políticas, ideologias ao nível do inconsciente (Althusser, 1983), e intencionalidades não explícitas, como se fosse natural o processo de seleção social na formação do cidadão. Ponce (1981) traduz bem o pensamento do Imperador Inca, do século XV, Tupaque lupanqui:

Não é lícito ensinar às crianças plebéias as ciências que pertencem aos nobres, para evitar que 'gentes baixas se elevem, se ensoberbem,

desprezem e apoquentem a república' para elas é o suficiente aprender os ofícios de seus antepassados, porque o mandar e governar não são coisas de plebeus. (Ponce, 1981, p. 29)

Mas com o advento da modernidade e a necessidade de mão-de-obra barata para trabalho nas fábricas então emergentes, a educação passou a ser vista como possibilidade de aquisição de habilidades e destrezas e de novas atitudes a serem desenvolvidas, como a disciplina, obediência, pontualidade e assiduidade, tão necessárias para a economia singrar.

Nesta ordem de ideias, a cultura de massas impregna o processo educacional, numa lógica de produzir o máximo, com o mínimo de tempo e de custos, ficando a dimensão social da educação totalmente esbatida. É nesta nova ordem educacional, de um mundo capitalista onde a competitividade e o lucro imperam, que a educação superior deve também ser analisada.

A educação superior, neste contexto, forma o sujeito para se apropriar de um saber mais específico e mais qualificado, nele desenvolvendo competências e habilidades, para se inserir de forma ativa na sociedade, como um bem para a sua economia. A relação da educação superior com a sociedade vai no sentido de dar resposta às necessidades sociais, como já dizia Émile Durkheim (1952, p. 66):

o homem que a educação deve realizar, em cada um de nós, não é o homem que a natureza fez, mas o homem que a sociedade quer que ele seja, e ela quer conforme o reclame a sua economia interna, o seu equilíbrio.

Na ótica da sociedade capitalista, que preside à contemporaneidade, existe o pressuposto da ligação entre educação e êxito, surgindo assim a educação superior como um atrativo para prossecução de estudos, tendente à obtenção de êxito pessoal e profissional.

Nesta percepção de “via” para o êxito individual, a educação superior passou a integrar disciplinas e áreas científicas viradas ao empreendedorismo, levando as IES a alterarem a organização de suas estruturas curriculares, para dar resposta à necessidade de integração do graduado no mercado de trabalho, através do desenvolvimento de habilidades e de competências práticas e profissionais.

Perante a crescente massificação e privatização da educação superior nesta nova ordem educacional, os sistemas brasileiro e português de educação superior não poderiam ficar indiferentes às

alterações ocorridas nos demais países, fruto das expectativas com que as sociedades passaram a encarar este sistema de educação. A avaliação da educação superior passou igualmente a contemplar itens relacionados com a integração dos formandos no mercado de trabalho, contabilizando tempos de espera até ao 1º emprego, com a criação de observatórios para monitorizarem o grau de satisfação de empregadores e empregados.

No Brasil, em 1997, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) tornou público o edital SESU/MEC Nº 4/97, convocando as IES a apresentarem propostas para as novas Diretrizes Curriculares dos cursos superiores, que seriam elaboradas pelas Comissões de Especialistas da SESU/MEC com a colaboração das sociedades científicas, ordens e associações profissionais, associações de classe, setor produtivo e outros setores envolvidos.

Na Europa, tendo como marco o Processo de Bolonha (1999), que determinou a construção do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES), com objetivos bem definidos, como a promoção da internacionalização das IES, da mobilidade docente e discente, da empregabilidade e do desenvolvimento econômico, social e humano, os países membros, de entre os quais Portugal, tiveram de reconstruir as suas propostas curriculares, com referenciais bem definidos sobre critérios de duração e de organização dos ciclos de estudos, a diferentes níveis de regulação política, com competências gerais e comuns a todos os países da União Europeia (Moreira & Pacheco, 2006).

Neste novo cenário, a avaliação da qualidade do ensino superior torna-se imprescindível, através de mecanismos para a efetivação de sua prática, sendo institucionalizados, nos diversos países, órgãos de regulação da educação superior, incluindo Brasil e Portugal.

No Brasil, com a finalidade de garantir padrões de qualidade para a educação superior, foi criado, através da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Em Portugal, com a mesma finalidade, foi criada, através do Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de novembro, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

Estes órgãos avaliadores do sistema de educação superior têm buscado o desenvolvimento da qualidade do ensino, através de iniciativas que avaliam, por indicadores, o desempenho das IES, dos cursos de graduação, de mestrado e de doutoramento, bem como dos docentes e discentes, e no compromisso de uma educação segura

e inclusiva, reconhecendo a importância fundamental de um ensino e formação de qualidade para o desenvolvimento sustentável, como resposta aos grandes desafios globais da nossa contemporaneidade.

Neste outro novo cenário, o desenvolvimento humano e social passa a estar no cerne da responsabilidade da educação superior, permeando todos os indicadores de qualidade do ensino superior. No caso das IES, podemos por isso afirmar que uma universidade socialmente responsável é aquela que desenvolve uma educação de qualidade, com base nos reclames da sociedade na qual se insere, articulando ensino, pesquisa e extensão.

Para François Vallaëys (2006, p. 39):

a Responsabilidade Social Universitária exige, a partir de uma visão holística, a articulação das diversas partes da instituição, em um projeto de promoção social de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à produção e transmissão de saberes responsáveis e à formação de profissionais cidadãos igualmente responsáveis.

Neste sentido, a Universidade tem por base a produção de conhecimentos e a formação de cidadãos, andando sempre de mãos dadas com as demandas sociais emergentes. Logo, a responsabilidade social universitária deve trazer para a sala de aula as demandas da sociedade, levando também a academia à comunidade, num processo de vaivém, criando verdadeiras situações de aprendizagem num contexto democrático de uma educação que possa contribuir para a produção de “capital” humano, intelectual e tecnológico, tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável da sociedade na qual está inserida.

A UNESCO dá o tom do que se pretende ao nível de uma universidade socialmente responsável, quando pontua o conceito de qualidade da educação superior para o desenvolvimento sustentável.

Os sistemas de educação superior devem aumentar sua capacidade para viver em meio à incerteza, para mudar e provocar mudanças, para atender às necessidades sociais e promover a solidariedade e a igualdade; devem preservar e exercer o rigor científico e a originalidade, em um espírito de imparcialidade, como condição prévia básica para atingir e manter um nível indispensável de qualidade; (...). Afirmamos que as missões e valores fundamentais da educação superior, em particular a missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável e o melhoramento da sociedade como um todo, devem ser preservados, reforçados e expandidos ainda mais (...). (UNESCO, 1998)

Tal como prescreve a UNESCO, a responsabilidade social universitária, como indicador de qualidade, pressupõe que as IES tenham total autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial.

Porém, essa autonomia torna-se parcial diante das regulamentações dos sistemas de avaliação da qualidade da educação superior, pois nem sempre as dimensões avaliadas se adequam às missões regionais das IES e suas expertises, ficando, de certa forma, contraditório, falar de responsabilidade social da universidade sem uma real autonomia da mesma, uma vez que, como bem pontua Dias Sobrinho (2000), o processo avaliativo da qualidade da educação superior, ao ampliar os padrões de produção científica em prol da competitividade internacional, passou a ter uma crescente importância na medida e no controle da produtividade das IES, relativamente à sua responsabilidade social.

## Metodologia

A pesquisa em causa está a desenvolver-se nos contextos institucionais e políticos dos sistemas de avaliação da qualidade da educação superior do Brasil e de Portugal, numa perspectiva comparada entre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)/Ministério de Educação e Cultura (MEC) - Brasil e a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) - Portugal.

Reconhecendo a complexidade e a dimensão do nosso objeto de estudo, prevaleceu, todavia, o desejo de melhor apreender e compreender o processo de avaliação da qualidade da educação superior, de forma o mais abrangente possível, tirando partido de conhecer melhor a situação do Brasil, pela minha nacionalidade e experiência de avaliação, e do facto de estarmos a fazer o doutoramento em Portugal.

Durante o primeiro ano curricular do doutoramento, tive a oportunidade de recolher informação prévia na Bélgica (ENQA - *European Association for Quality Assurance in Higher Education*), na França (*Université Paris VII*) e na Inglaterra (*University of Westminster*), através de entrevistas previamente agendadas e de forma presencial, que me ajudaram a desenhar o projeto de investigação.

A pesquisa propriamente dita abrange dois estudos, com o propósito de triangulação entre eles, devido à diversidade de atores com diferentes papéis no processo.

O primeiro estudo, *Avaliação e Regulação do Sistema de Qualidade da Educação Superior: interfaces entre o SINAES/MEC (Brasil)*

e a A3ES (Portugal), é de carácter qualitativo e exploratório, com uma amostra de aproximadamente  $N \cong 48$  avaliadores, sendo 24 do SINAES/MEC e 24 da A3ES, de  $N \cong 16$  gestores de cursos e docentes, sendo 08 de Universidades brasileiras e 08 de Universidades portuguesas, como participantes adicionais. A pesquisa busca compreender, através da análise de conteúdo (Bardin, 2010) das entrevistas realizadas, as orientações das políticas educacionais adotadas nos dois países, enquanto organizadoras de reformas educativas.

O segundo estudo, *Percepções dos discentes de Universidades do Brasil e de Portugal sobre a avaliação da qualidade da educação superior*, segue uma metodologia mista, com uma amostra de  $N \cong 1.200$  discentes, sendo 600 de Universidades brasileiras e 600 de Universidades portuguesas, com aplicação de um questionário para trabalho de natureza quantitativa (Field, 2018), a partir de dados analisados no programa *Statistical Package for the Social Sciences*. A pesquisa, neste estudo, busca compreender, através dos resultados estatísticos provenientes da aplicação do *Questionário da Percepção Discente sobre a Qualidade do Ensino Superior (QPDQES)*, a realidade experienciada pelos estudantes.

Além da análise comparativa dos sistemas de avaliação de qualidade de educação superior de dois países, Brasil e Portugal, foi nosso desejo analisar igualmente de forma comparativa as percepções e as práticas de dois sistemas, dentro do mesmo país, tendo em conta uma relação de poder Centro-Periferia: no caso do Brasil, uma Universidade do Sudeste e outra do Nordeste, e no caso de Portugal, uma Universidade da capital e outra de uma Região Ultraperiférica Europeia.

Trata-se de uma pesquisa sobre as práticas (e as representações) dos referidos sistemas de regulação e avaliação da qualidade do ensino superior e seus atores, com o objetivo de verificar de que modo as realidades, no que tange à avaliação da qualidade da educação superior, se aproximam e/ou se distanciam, pois, comparar realidades alarga o leque de possibilidades de obtenção de informações, como bem aponta Billing (2004), levando à compreensão dos processos educativos num contexto mais amplo.

Estando o processo de recolha de dados em curso, agravado pela dificuldade de contacto com as pessoas, nos casos das entrevistas, devido à pandemia, e pela instabilidade política no campo da educação superior, no Brasil, com mudanças legislativas constantes, pode-se adiantar, no entanto, ainda que sob reservas de maior aprofundamento, que o problema da responsabilidade social, como elemento a ser tido em conta nos processos de avaliação, surge ainda de forma bastante ténue e tímida.

## Conclusões

A presente investigação, ainda em desenvolvimento, busca detetar elementos convergentes e divergentes entre os contextos educativos, institucionais e políticos, do Brasil e de Portugal, no sentido de identificar os elementos comuns e, também, aqueles que são específicos das práticas avaliativas da qualidade da educação superior de cada país, por parte do SINAES/MEC (Brasil) e da A3ES (Portugal), bem como os sentidos e as identidades que as referidas práticas carregam em si.

Consideramos que é importante analisar e comparar sistemas nacionais e internacionais de avaliação da qualidade da educação superior, para identificar aspetos de convergência e de divergência, levando em consideração as especificidades das práticas utilizadas e suas relações com as orientações ditadas globalmente pelo mundo contemporâneo. Ou seja, uma compreensão das direções das políticas educacionais adotadas em distintos países, as quais exercem um papel fundamental na formação do cidadão.

Este trabalho pode ajudar a compreender melhor as razões profundas das medidas tomadas, numa análise das consequências, procurando vislumbrar o verdadeiro papel dos processos de avaliação frente ao equilíbrio das IES e seus diversos atores, como também relativamente aos impactos sobre as realidades nacionais, enquanto organizadoras de reformas educativas.

Nesta complexidade, a comparação foi nossa opção para perceber as diferenças e semelhanças e assumir valores nessa relação de mútuo conhecimento. Trata-se, segundo Franco (2000), de entender o outro a partir dele mesmo e, por exclusão, se perceber na diferença, pois comparar é confrontar, é buscar estabelecer relações entre objetos e fenômenos, tendo em vista uma compreensão mais ampla dos fenômenos atinentes ao campo em que o estudo se localiza.

## Referências

- Althusser, L. (1983). *Aparelhos ideológicos de Estado*. Graal.
- Bardin, L. (2010). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Baudrillard, J. (1995). *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*. Martins Fontes.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1970). *La reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Éditions Minuit.

- Billing, D. (2004). International Comparisons and Trends in External Quality Assurance of Higher Education: commonality or diversity? *Higher Education*, 47 (1), 113-137. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/4151559>>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- Brasil. (2004). Casa Civil. *Lei Nº 10.861, de 14 de abril*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
- Brasil. (1997). Ministério da Educação e do Desporto; Secretaria de Educação Superior. Brasília: *Edital SESu/MEC Nº 4/97*.
- Dias Sobrinho, J. (2000). *Avaliação da Educação Superior*. Vozes.
- Durkheim, É. (1952). *Educação e Sociologia*. Melhoramentos.
- Field, A. (2018). *Discovering statistics using IBM SPSS statistics*. London: Sage Publications.
- Franco, M. C. (2000). Quando Nós Somos o Outro: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. Campinas: *Educação & Sociedade*, 21 (72), 197-230.
- Moreira, A.; Pacheco, J. A. (Org.). (2006). *Globalização e Educação: desafios para políticas e práticas*. Porto Editora.
- Ponce, A. (1981). *Educação e Luta de Classes*. Cortez Editora.
- Portugal. (2007). Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Lisboa: *Decreto-Lei nº 369/2007, de 05 de novembro*, Diário da República n.º 212/2007, Série I de 11-05. Disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/629433>>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- Sousa, J. M. (2015). O que resta da investigação em educação em Portugal? In N. S. Fraga & A. F. Kot-Kotecki (Orgs.). *A Escola Restante* (pp. 146-172). CIE-UMa.
- UNESCO. (1998). *Conferência Mundial sobre Educação Superior*. Paris.
- Vallayes, F. (2006). O que significa responsabilidade social universitária? Marília: *Revista Estudos*, ano 24, nº 36.